

Guaíba, 02 de Abril de 2026

Of. OSBGuaíba/RS nº 003/2026

**Ao
COMUSA
Município de Guaíba/RS**

Prezado Conselho Municipal de Saúde,

Conforme ajustado em nossa recente reunião com o COMUSA, encaminhamos os questionamentos elaborados pelos voluntários do OSB Guaíba. Sob o amparo da Lei de Acesso à Informação, **requeremos que o atendimento (resposta) seja feito de forma individualizada para cada pergunta**, visando assegurar a clareza e a profundidade necessária às informações prestadas.

I - QUANTO AO COMUSA:

- a) Quais as entidades/órgãos e pessoas físicas que fazem parte do COMUSA nesta administração? (Relação nominal atualizada). Quantas, destas, estão há mais de 2 anos no COMUSA?
- b) Existe cadeira cujo representante tenha faltado a mais de 4 reuniões ordinárias/extraordinárias seguidas? Se positivo, qual/quais? Quando o conselheiro não cumpre seus deveres regimentais, quais medidas são adotadas?
- c) Existe plano de capacitação dos conselheiros? Quais capacitações foram realizadas nos últimos 2 anos e quais estão previstas?
- d) Qual a data aproximada para a próxima seleção de membros?
- e) Existe integração com os demais conselhos municipais para atuar com as demandas de saúde do Conselho do Idoso, Conselho da Mulher e do Conselho de Direitos das Crianças e Adolescentes?

II - QUANTO AOS CONTRATOS DA AHVN:

- A) **Quanto à concessão dos bens públicos** (prédio, terreno, equipamentos e outros):
- 1) Considerando que a Lei 4403/2023 alterou a Lei 4099/2021 (lei que autorizou a concessão dos bens municipais à AHVN), passando a autorizar a realização de até 60% de atendimentos pelo SUS – permitindo, em outras palavras, a realização de até 40% dos atendimentos por convênios ou particular - como a AHVN está operacionalizando estes atendimentos no Hospital e no Pronto Atendimento?

Pela transparência e qualidade na aplicação dos recursos públicos

Rua 14 de Outubro, nº 302 – Centro – Guaíba/RS - Fone: 99173-9898 e-mail: diretoria@osguaiba.org.br

- 2) Considerando que foi realizado inventário para a concessão, por determinação do TCE-RS, o COMUSA possui cópia deste inventário e fez “dossiê” deste processo de concessão para acompanhamento futuro?
- 3) Considerando que a AHVN - para ganhar a concessão – ofereceu como outorga, o pagamento mensal de aluguel dos prédios e cronograma de melhorias estruturais e em serviços, conforme print abaixo, questionamos se a outorga tem sido cumprida? Caso não esteja, há decreto, portaria, ação, acordo, que contenha compromisso diverso do pactuado no contrato de concessão?

Fórmula da composição do preço de outorga será a seguinte: **PO = PI + [Vloc x 180 MESES]**

Onde,

PO= Preço de outorga da concessão de uso;	PO	
PI= Preço ofertado de investimento, estimado em R\$ 1.572.545,92;	R\$ 1.572.545,92	Poderá ser inferior ou superior ao estimado desde que comprovado em planilha orçamentária no modelo do Edital.
Vloc= Valor locatício mensal do imóvel, estimado em R\$ 50.624,71 (Cinquenta Mil Seiscentos e vinte e quatro reais e setenta e um reais) mensais.	R\$ 50.624,71	Valor mínimo, podendo ser ofertado superior.
180 meses = prazo da concessão de uso.	180	Valor não pode ser modificado.
FÓRMULA	R\$ 10.684.993,72	

Fórmula da composição do preço de outorga será a seguinte: PO = PI + [Vloc x 180 MESES]		
PO= Preço de outorga da concessão de uso;	PO	Prazo de execução
Reforma saúde mental	R\$ 977.953,26	Dezembro de 2024
Ampliação saúde mental	R\$ 446.554,00	
Reforma saúde prisional	R\$ 1.098.522,84	
Ampliação saúde prisional	R\$ 446.554,00	

Reforma central de exames	R\$ 1.339.660,00	Dezembro de 2025
Ampliação central de exames	R\$ 446.554,00	
Prédio nova UTI - 20 Leitos	R\$ 3.259.844,20	Dezembro de 2026
Reforma UPA - Policlínica	R\$ 5.090.601,60	Dezembro de 2027
Subtotal	R\$ 13.106.243,90	
PI= Preço ofertado de investimento inicial, estimado em R\$1.572.545,92;	R\$13.106.243,90	
Vloc= Valor locatício mensal do imóvel, estimado em R\$ 50.624,71 (Cinquenta Mil Seiscentos e vinte e quatro reais e setenta e um reais) mensais.	R\$ 50.624,71	
180 meses = prazo da concessão de uso.	180	
FÓRMULA	R\$ 22.218.691,70	

- 4) Desde a concessão, quais bens foram adquiridos através de recursos públicos, emendas parlamentares ou “doação” de órgão público como destinação da Câmara de Vereadores ou executivo municipal? Como foram inventariados esses bens?
- 5) Há atendimento clínico e cirúrgico nas áreas básicas no Hospital Nelson Cornetet (clínica médica, pediatria, ginecologia, obstetrícia, cirurgia geral, além de traumato-obstetrícia e urgências psiquiátricas)?

B) Quanto ao contrato com o Estado do RS, ref. HOSPITAL REGIONAL – Instrumento 2022/0220.0.00/2022, no valor de R\$ 8.777.045,28:

- 1) Há outros contratos com o Estado, além deste? Se sim, qual o número?
- 2) Há, por parte do COMUSA, algum acompanhamento deste(s) contrato(s)? Se positivo, explique.
- 3) Qual a competência do COMUSA – poder/dever – em relação a este(s) contrato(s)?
- 4) As emendas parlamentares (com origem Municipal, Estadual ou Federal) que são destinadas para este serviço: passam pelo COMUSA? Há acompanhamento do uso destes recursos?
- 5) Informe quais emendas parlamentares a AHVN foi beneficiária, cujos recursos já foram recebidos ou estão programados? (informar número/ano da emenda, origem, valor, objeto e quando foi apreciada pelo conselho qual o número da ata);
- 6) Informar quantos atendimentos e quantos procedimentos tem sido informados mensalmente para o cumprimento do contrato;
- 7) Qual o percentual de ocupação, em diárias, dos leitos hospitalares, nos últimos 36 meses?
- 8) Qual o quantitativo dos atendimentos (pessoas atendidas) nas áreas básicas, atendimento cirúrgicos e especialidades médicas, mensais, dos últimos 36 meses?
- 9) Quais os meios e instrumentos que o COMUSA se vale para aferir os quantitativos e os qualitativos dos atendimentos informados como realizados, pela AHVN?
- 10) Solicitamos a apresentação de um demonstrativo de produtividade dos profissionais que laboram para este contrato, de acordo com sua área de atuação e especialidade.
- 11) Desde o início da prestação de serviços da AHVN em Guaíba: quantos óbitos já ocorreram nas dependências do hospital ou do pronto atendimento e quais as principais causas?

C) Quanto ao contrato com o município de Guaíba – Pronto Atendimento e outros:

- 1) Há outros contratos com o município, além deste? Se sim, qual o número?
- 2) Qual a competência do COMUSA – poder/dever – em relação a estes contratos?
- 3) As emendas parlamentares (com origem Municipal, Estadual ou Federal) que são destinadas para este serviço: passam pelo COMUSA? Há acompanhamento do uso destes recursos?
- 4) Informe quais emendas parlamentares a AHVN foi beneficiária, cujos recursos já foram recebidos ou estão programados? (informar número/ano da emenda, origem, valor, objeto e quando foi apreciada pelo conselho qual o número da ata);
- 5) Informar quantos atendimentos e quantos procedimentos são informados mensalmente para o cumprimento do contrato;
- 6) Qual o quantitativo mensal dos atendimentos (pessoas atendidas) nas áreas básicas e especialidades médicas, dos últimos 36 meses?
- 7) Quais os meios e instrumentos que o COMUSA se vale para aferir os quantitativos e os qualitativos dos atendimentos informados como realizados, pela AHVN?
- 8) Solicitamos a apresentação de um demonstrativo de produtividade dos profissionais que laboram para este contrato, de acordo com sua área de atuação e especialidade.

III - QUANTO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA SAÚDE, NOS ÚLTIMOS 4 ANOS:

- A) O COMUSA participa da elaboração das peças orçamentárias de forma ativa, ou seja, indicando critérios, investimentos ou ações necessárias junto ao PPA, LOA, ou LDO?
- B) O COMUSA acompanha a execução orçamentária? Com que periodicidade?
- C) No caso do COMUSA verificar o não cumprimento de determinada ação relevante, prevista no orçamento, quais ações tomadas pelo conselho?
- D) Quanto foi investido em equipamentos para a saúde nos últimos 4 anos? Informe valor e o tipo de equipamento e, se for construção/reforma, indique os bens públicos e o valor investido.

IV – QUANTO A SAÚDE DA MULHER, inclusive em obstetrícia, informe:

- A) Quantos mamógrafos o município possui? Informe o ano de fabricação, capacidade técnica, se é digital ou não, o estado geral do equipamento e uso anual/mensal deste equipamento? Há previsão de aquisição de mais equipamentos? Qual o custo de um equipamento moderno?

- B) Quantos e quais equipamentos para exame de imagem existem para acompanhamento gestacional? Quantos exames são realizados, em média, por gestação?
- C) O município terceiriza exames específicos sobre a saúde da mulher? Quais? Quais o número dos contratos? Qual a demanda? A demanda está atendida ou em qual percentual está abaixo da demanda?
- D) Quantos

V – QUANTO A SAÚDE BUCAL

- A) Quantos profissionais dentistas atendem? Destes quantos são terceirizados ou contratados emergencialmente?
- B) Onde atendem estes profissionais e qual a quantidade de horas mês de trabalho?
- C) Qual a demanda? A demanda está atendida ou em qual percentual está abaixo da demanda?

VI - QUANTO AS ESFs E O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO IDOSA

- A) Quantas equipes existem, qual sua localidade e abrangência, quantas pessoas são atendidas por mês pelo serviço e quais os profissionais que compõem cada ESF?
- B) Qual a demanda? A demanda está atendida ou em qual percentual está abaixo da demanda?
- C) Há plano de atenção e cuidado para com as pessoas idosas, considerando aumento da longevidade?

VII - QUANTO A SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- A) Quantos profissionais da pediatria, psicologia e psiquiatria para atendimento à crianças e adolescentes e onde atendem? Destes quantos são terceirizados ou contratados emergencialmente?
- B) Onde atendem estes profissionais e qual a quantidade de horas mês de trabalho?
- C) Qual a demanda para estes atendimentos? A demanda está atendida ou em qual percentual está abaixo da demanda?
- D) Quanto aos neuro divergentes há atendimento especializado, no município? Qual a demanda e o percentual de atingimento?

VIII - QUANTO À VACINAÇÃO:

- A) Quais vacinas estão disponíveis, no município?
- B) Qual o percentual de adesão às vacinas para os públicos: crianças, jovens, adultos e idosos?
- C) Há campanhas para aumentar a adesão à vacinação?
- D) Há vacinas que necessitam de agendamento prévio?

- E) Em quais unidades é possível vacinar-se e em quais horários?
- F) Nas campanhas vacinais os percentuais têm sido alcançados?

IX – QUANTO À SAÚDE MENTAL

- A) Considerando crianças, jovens e adultos, quantos profissionais psicólogos e psiquiatras atendem, no preventivo e urgências? Destes quantos são terceirizados ou contratados emergencialmente?
- B) Onde atendem estes profissionais e qual a quantidade de horas mês de trabalho?
- C) Qual a demanda por atendimento nesta área? A demanda está atendida ou em qual percentual está abaixo do ideal?

X - QUANTO AOS DEMAIS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

- A) Quais as especialidades que estão disponíveis para consulta nas unidades de saúde (UBS, Policlínica, CEMED e outros)?
- B) Quanto a quantidade de especialistas: são em maior número agora do que a 12, 24 e 36 meses? O que acarretou essa mudança?
- C) Quantos profissionais (por especialidade) estão disponíveis por equipamento?
- D) Qual a quantidade de consultas previstas para cada especialidade por equipamento (para agendamento e para uso no próprio dia para casos mais graves)? Quanto a quantidade de consultas: existem maior número de consultas hoje ou menor do que havia há 12, 24 e 36 meses? O que acarretou essa mudança?
- E) Qual o tempo médio de espera, por especialidade?
- F) Qual o número de consultas mensais – nos últimos 36 meses - que não ocorrem por ausência do paciente?
- G) Existe programa de comunicação com os pacientes para lembrar o compromisso com o agendamento de consulta ou exame médico?
- H) O atendimento é obrigatoriamente regionalizado? Ou uma unidade da Cohab pode atender pessoa de outra cidade e de outro bairro?
- I) Considerando que o agendamento para consulta, ocorre para data futura, daqui há vários dias, as vezes meses, há possibilidade de atendimento imediato junto a uma UBS, por exemplo? Em caso positivo onde é divulgada esta possibilidade e como o usuário deve proceder?
- J) No serviço de atendimentos referenciados qual o período de espera por especialidade médica?

XI – QUANTO A OUTRAS DEMANDAS, se possível informar comparativo dos últimos 36 meses:

- A) Quando ao atendimento do serviço de ambulância:

Pela transparência e qualidade na aplicação dos recursos públicos

- 1) Quantos são realizados por mês, nos últimos 36 meses? Destes, quantos foram locais e quantos foram intermunicipais?
 - 2) Quantas unidades de transporte existem? Quantas equipes e qual sua formação? Existe contrato com terceiros? Se positivo informe o nº do contrato.
 - 3) Existe demanda reprimida?
- B) Quanto aos atendimentos da SAMU:
- 1) Quantas unidades de transporte existem?
 - 2) Quantas equipes e qual sua formação?
 - 3) Informe o nº do contrato.
 - 4) Existe demanda reprimida?
 - 5) Quantos atendimentos são realizados por mês, nos últimos 36 meses? Destes, quantos foram locais e quantos foram intermunicipais?
- C) Quanto a demanda por fraldas geriátricas: Qual o nº do contrato? Informe se existe demanda reprimida e qual o percentual de atendimento da demanda. Informe, a quantidade de fraldas distribuídas, por mês, nos últimos 36 meses.
- D) Quanto a demanda por medicamentos: Qual o nº do contrato? Se Existe demanda reprimida? Qual o percentual de atendimento da demanda? Informe, quais medicamentos são distribuídos e qual a quantidade distribuída por mês, nos últimos 36 meses; Qual a demanda reprimida? Quais medicamentos são distribuídos, pelo município, as suas expensas, em decorrência de ações judiciais? E qual o custo total mensal, dos últimos 36 meses?
- E) Quanto a disponibilização de oxigênio: 1) quantas pessoas físicas são beneficiadas? 2) qual a quantidade de oxigênio, cilindros ou concentrados de O2 são distribuídos mensalmente nos últimos 36 meses? Existe demanda reprimida? Qual o nº do contrato?
- F) Quanto a consultas medidas com especialistas: 1) qual o tempo de espera, por especialidade e locais de atendimento?
- G) Quanto a exames de imagem, laboratoriais, cardiológicos e outros:
- 1) qual o tempo de espera, por tipo de exame e por unidade de atendimento?
 - 2) Informe a forma de atendimento da demanda, por tipo de exame, se por contrato (informar número) ou se por atendimento pelo SUS em outra cidade.
 - 3) Atualmente qual a quantidade de pessoas em lista de espera para exames, avaliação cirúrgica e realização de cirurgia?

XII – QUANTO À LEI ORDINÁRIA Nº 3385/2015



Versão consolidada, com alterações até o dia 13/04/2023

LEI Nº 3384, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTERA A CARGA HORÁRIA DO MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA E CRIA UM NOVO PADRÃO DE PROVIMENTO ESPECÍFICO PARA OS CARGOS DE MÉDICO EM TODAS AS SUAS CLASSES.

O PREFEITO DE GUAÍBA, HENRIQUE TAVARES, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Tabela de Vencimentos do Quadro Permanente de Cargos prevista no Anexo I da Lei nº **1.116/93**, no padrão de provimento específico para o cargo de Médico da Estratégia de Saúde da Família - ESF, conforme a seguir discriminado:

Sobre as Especialidades e Cargos

1) Médicos da Estratégia de Saúde da Família (ESF): Quais são os médicos que atuam nas unidades de saúde de bairro? Eles estão cumprindo a jornada de 40h ou solicitaram redução para 32h ou 20h?

- **Médicos Clínicos Gerais:** Quantos médicos atendem como clínicos gerais na rede municipal sob este regime de 30h, 20h ou 12h?
- **Médicos Especialistas:** Quais são as especialidades médicas (ex: pediatria, ginecologia, cardiologia) atendidas por este padrão?
- **Diferenciação:** Por que existe uma diferença salarial entre o Clínico Geral e o Especialista para a mesma carga horária?

2) Sobre a Carga Horária e Disponibilidade

- **Redução de Jornada:** Quantos médicos solicitaram a redução de carga horária por "interesse público"?
- **Extinção das 12 Horas:** Como o município está lidando com a vedação de novas cargas horárias de 12 horas desde fevereiro de 2023? Quantos profissionais ainda restam usufruindo dessa exceção antiga?
- **Acúmulo de Cargos:** Existem casos de médicos que tiveram a jornada reduzida "de ofício" (obrigatória) por acumularem outros cargos públicos fora do limite legal?

Solicitamos que as informações sejam fornecidas no prazo legal, caso necessário, em formato digital (planilha ou PDF) preferencialmente por e-mail no endereço: diretoria@osguaiba.org.br.

Certos de sua compreensão quanto à importância da transparência para a cidadania, aguardamos retorno.

Cordialmente,

Hilarion Freitas

Presidente do OSB Guaíba –
Gestão 2025/2027